



PROJETO DE LEI Nº 048/2023

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DE UM DOS PAIS OU RESPONSÁVEL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DURANTE O PERÍODO PRÉ-OPERATÓRIO, NO MOMENTO DE APLICAÇÃO DA ANESTESIA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o acompanhamento de um dos pais ou responsável de crianças e adolescentes, durante o período pré-operatório, no momento de aplicação da anestesia.

Parágrafo único. O direito disposto no *caput* poderá ser exercido por um dos pais ou responsável, se assim o desejar, mediante solicitação junto ao estabelecimento, apresentando a documentação oficial de identificação.

Art. 2º Os estabelecimentos de saúde devem informar o direito a que se refere o art. 1º desta Lei por meio de informativo afixado em local visível e de fácil acesso em seu interior.

Art. 3º O descumprimento da obrigação prevista nesta Lei sujeitará o estabelecimento de saúde à multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), e de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no caso de reincidência, sendo os valores corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas (PA), 24 de abril de 2023.

JUSTIFICATIVA

Senhor presidente e nobres vereadores,

A presença dos pais ou responsáveis durante o período pré-operatório pode trazer mais segurança, conforto e tranquilidade para crianças e adolescentes, reduzindo a ansiedade e o medo, comuns em situações hospitalares. Além disso, a presença dos genitores pode ajudar a



assegurar que informações e procedimentos necessários para a cirurgia sejam compreendidos e seguidos, garantindo a melhor assistência possível para o paciente mirim.

É importante considerar que o direito de crianças e adolescentes à proteção e ao cuidado especial se estende a todas as fases do tratamento médico. O acompanhamento dos pais ou responsáveis pode auxiliar na detecção e prevenção de possíveis abusos, negligências ou erros médicos, garantindo um tratamento completo, adequado, eficaz e humanizado.

Desta feita, **este Projeto de Lei dispõe sobre a autorização do acompanhamento de um dos pais ou responsável legal por crianças e adolescentes, durante o período pré-operatório, no momento de aplicação da anestesia.** A medida visa garantir o direito à saúde, à proteção e ao bem-estar de crianças e adolescentes e é uma forma de reconhecer a importância do cuidado familiar na recuperação deles, reforçando a necessidade de uma abordagem humanizada e acolhedora na prestação de serviços de saúde.

Dados levantamentos pela minha Assessoria de Gabinete revelam que durante o ano passado cerca de 1.600 crianças e adolescentes com até 14 anos foram internados na rede pública municipal de saúde, e um terço precisou passar por procedimento que exigiu aplicação de anestésico. O total de mirins internados representa 14,5% das 10.600 internações registradas no Sistema Único de Saúde (SUS) de Parauapebas.

Pelo exposto, considerando a importância da questão e o público potencial diretamente alcançado pela medida aqui proposta, peço apoio aos nobres colegas deste Parlamento para aprovação desta Lei, na certeza de que podemos contribuir para humanizar o serviço de saúde e otimizar o atendimento para nossos os infantes.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2023.

Eliene Soares de Sousa
Vereadora (MDB)